

MPE pede a retirada de sem-teto de edifício abandonado

'Casarão do Parque', no Centro de Aracaju, tem estrutura ameaçada

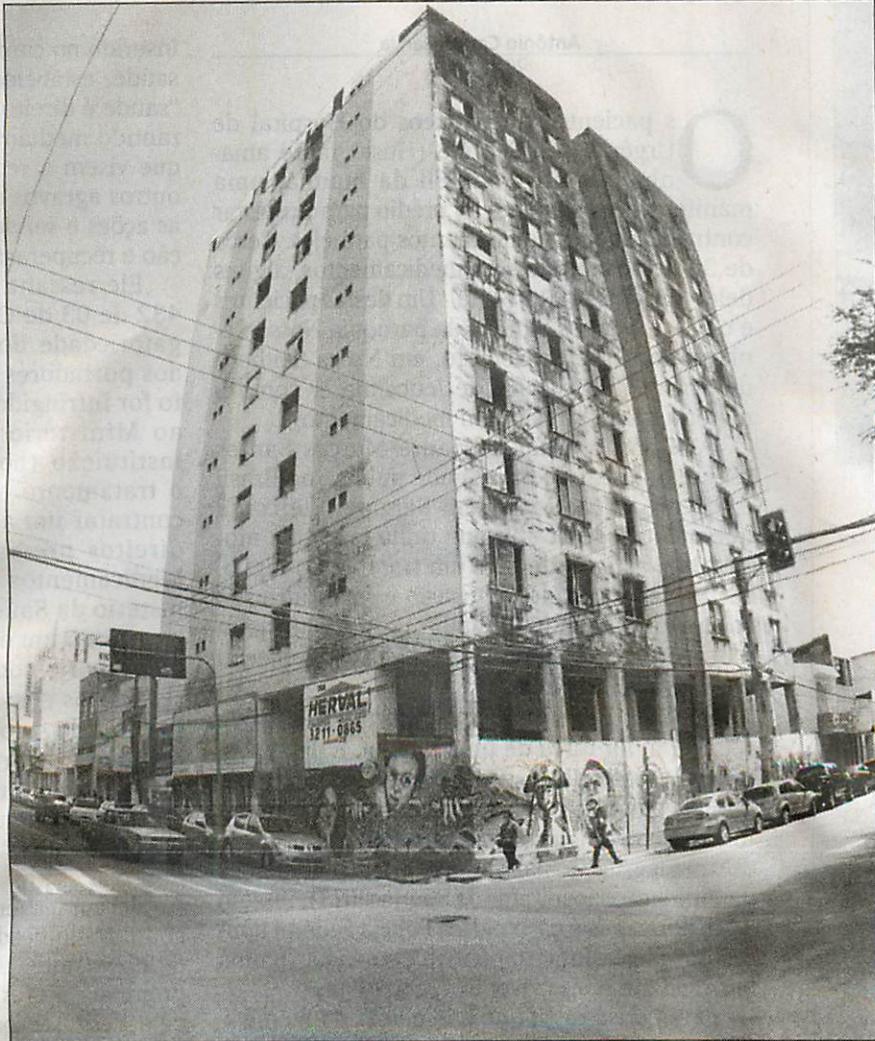
André Moreira

Com o intuito de promover a total e imediata desocupação do edifício "Casarão do Parque", localizado entre as ruas Propriá e Capela, no Centro de Aracaju, os promotores de Justiça Adriana Ribeiro Oliveira e Gilton Feitosa Conceição ajuizaram Ação Civil Pública, com pedido de tutela antecipada, em face do inventário de Hélio Sabino Ribeiro Chaves, representado pela inventariante Ana Maria Pereira Gama, do Município de Aracaju e da Empresa Municipal de Obras e Urbanização - Emurb.

A Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Urbanismo, Patrimônio Histórico e Cultural instaurou o Procedimento Administrativo nº 010/97, visando apurar fatos referentes ao estado de abandono do Edifício "Casarão do Parque" e as consequências de risco à segurança das pessoas e à ordem urbanística. Segundo a Promotoria, comprovado pelos relatórios e pareceres técnicos, o agravamento das deficiências na estrutura de concreto do prédio, que se intensificam com o passar dos anos, poderá ocasionar risco de desabamento.

O Ministério Público requer que seja determinado aos requeridos que retirem todas as pessoas que ali se encontram instaladas e interditem, imediatamente, o acesso de pessoas ao Edifício, salvo apenas para realização de serviços e obras de reparação ou manutenção emergenciais.

Na ação, os promotores de



PROMOTORES de Justiça movem ação para retirar invasores do Casarão do Parque, prédio que oferece risco por causa da estrutura deteriorada

Justiça também requerem a adoção imediata de medidas para fechar todos os vãos das fachadas do edifício, como também cobrir todo o telhado, evitando que se agrave o estado de deterioração da estrutura. Além disso, o Município, a Emurb e a inventariante

deverão providenciar a limpeza integral do prédio e eliminar todas as ligações clandestinas, seja de água, de energia, prevenindo o risco de incêndio.

O MP requer ainda a apresentação, no prazo de 30 dias, de um laudo de vistoria das condições atuais da estrutura

do Edifício "Casarão do Parque" e de um estudo aprofundado, elaborado por empresa especializada, para informar o grau de comprometimento de toda a estrutura, com consequente proposta de recuperação, que atenda à legislação urbanística atual.



REPORT OF THE
COMMISSIONER OF THE
GENERAL LAND OFFICE
OF THE STATE OF TEXAS

ANNUAL REPORT FOR THE YEAR
1900

BY
J. W. HAYES

DAVID W. BROWN, PRINTING
AND BOOK BINDING
CORPORATION, HOUSTON, TEXAS

